



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

## SEESE alerta para contratações no serviço público

Correio de Sergipe - 20/05/2015

Juliana Moura

Dentro da programação da Semana Brasileira de Enfermagem, os enfermeiros de Sergipe se reuniram na manhã de ontem, 19, para debater sobre o Projeto de Lei (PL 4330/04) que regulamenta a terceirização no mercado de trabalho tanto para atividades-meio como para atividades-fim. Segundo a categoria, o projeto precariza a mão-de-obra e não traz nenhum benefício para o trabalhador. Além disso, segundo a presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Sergipe (SEESE), Shirley Marshal, a entidade, junto com o Ministério Público Estadual (MPE), irá apurar denúncias sobre empresas terceirizadas que estariam contratando profissionais da área da saúde para atuar no serviço público, no interior do Estado.

“Muito se divulga que a terceirização trará benefícios para o trabalhador e isso é uma grande falácia. Terceirizar atividade-fim é ter perdas dos direitos trabalhistas e, hoje, a terceirização, da maneira que está sendo proposta no projeto, não atingirá o serviço público, mas estamos preocupados porque amanhã o PL pode mudar e, caso isso aconteça, será a extinção dos concursos públicos. E nos últimos meses recebemos denúncias de que empresas terceirizadas estariam contratando enfermeiros para atuar no serviço público em alguns municípios sergipanos, o que é ilegal. Mas ainda é cedo para afirmar alguma coisa e vamos averiguar, junto com o MPE, pois, por enquanto, são apenas denúncias. Nada concreto”, disse.

Ainda de acordo com ela, devido a algumas situações, o governo pode fazer um contrato temporário com os profissionais, porém, através de empresas terceirizadas, é proibido perante lei. “Para trabalhar no setor público tem que ser concursado, mas sabemos que, em algumas situações, o governo faz um contrato temporário com o profissional, o que é permitido, porém através de empresas terceirizadas é ilegal. Por isso, estamos convocando os enfermeiros



■ Shirley Marshal: “Empresas terceirizadas estariam contratando enfermeiros para atuar no serviço público em alguns municípios”



■ André Caetano: “Somos contra o projeto e terceirizar as atividades-fim é precarizar os serviços”

para que eles façam a denúncia e digam se isso realmente está acontecendo ou não e em qual município”, explicou.

### • Federação

Durante o debate, o advogado da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), André Caetano, afirmou que, caso o PL 4330/04 seja aprovado, a entidade poderá ajuizar uma ação por

inconstitucionalidade do projeto. “O PL já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado. Provavelmente, a presidente do Brasil irá sancionar a lei, com algumas ressalvas, e a Federação, junto com outros órgãos, deverá entrar com ação por inconstitucionalidade. Somos contra o projeto e terceirizar as atividades-fim é precarizar os serviços”, declarou.

FOTOS: LINDIVALDO RIBEIRO/CS